



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação oral e respectivas questões

Dirigentes de alta categoria a aproveitarem-se dos seus poderes para ajudar familiares a obter emprego na função pública é uma situação que se tem agravado desde a transferência da soberania de Macau. O tráfico de interesses, a troca de interesses e o nepotismo, entre outros fenómenos, agravam a tendência de corrupção na administração pública de Macau, provocando lesões graves e profundas ao desenvolvimento de Macau. Face a estas situações, os trabalhadores da função pública e os cidadãos em geral vêem e ouvem mas não dispõem de quaisquer meios para impedir esses fenómenos, e também não têm provas, tudo por causa do desequilíbrio ao nível dos poderes e das informações.

Segundo os órgãos de comunicação social, o ex-procurador Ho Chio Meng, durante o seu depoimento no Tribunal da Última Instância, declarou o seguinte: “recebi muitos telefonemas e cartas de pedidos de emprego para familiares no Ministério Público (MP). Também não são poucos os familiares de titulares de gabarito, de secretários e de directores, a trabalhar no MP. Tenho mesmo de dizer? As duas secretárias de apelido Chan (em referência à ex-secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, e à actual secretária, Sónia Chan) também me telefonaram”. E também segundo notícia do Ponto Final do dia 14 de Dezembro de 2016, o Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça, em resposta ao mesmo jornal, confirmou que, em 2008, Sónia Chan (então Coordenadora do Gabinete de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Protecção de Dados Pessoais) tinha telefonado a Ho Chio Meng, então procurador, para “recomendar” um familiar para trabalhar no MP, familiar este que foi mesmo recrutado pelo Ministério Público.

A abertura de concurso na função pública deve, em princípio, cumprir uma série de procedimentos definidos na legislação, e o pessoal responsável pelos referidos procedimentos tem de declarar impedimento, nos termos da lei, ao verificar a participação de familiares no concurso respectivo. Agora, o público questiona a “apresentação” ou “recomendação” envolvendo aquele tipo de altos dirigentes, isto é, se existe suporte legal para isto ou se se trata de uma violação da legislação.

Assim sendo, interpele a Administração sobre o seguinte:

1. O Governo da RAEM deve regulamentar os actos de “apresentação” ou “recomendação” de familiares entre os altos dirigentes, por forma a salvaguardar os princípios da legalidade, da protecção dos direitos e interesses dos residentes, da igualdade, da justiça e da imparcialidade, definidos no Código do Procedimento Administrativo. Como é que vai fazê-lo?
2. Por forma a salvaguardar a justiça e a imparcialidade, o Governo da RAEM deve regulamentar as situações em que altos dirigentes propõem determinado candidato aos seus subordinados, ou seja, aos membros



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

do júri do processo de recrutamento e selecção, e ainda os procedimentos de recrutamento anormais nos diversos serviços públicos, tais como o recrutamento sem concurso, a transição do pessoal de carreira inferior para carreira superior sem concurso, a promoção vertical numa carreira a velocidade extraordinária, a nomeação anormal de chefias e dirigentes e a respectiva ascensão a alta velocidade, etc. Como é que vai fazê-lo?

3. Face ao exposto, o Chefe do Executivo chegou a imputar as devidas responsabilidades aos altos dirigentes (incluindo os titulares dos principais cargos da área da Administração e Justiça)?

16 de Dezembro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ng Kuok Cheong